

Significações da dominação masculina / opressão feminina: a violência contra a mulher na capital pernambucana do séc. XVIII.

DUANNE CAROLLE DUARTE DE ALBUQUERQUE

O artigo apresenta uma análise sobre a violência contra a mulher no Recife, durante o século XVIII. A partir da transcrição e análise dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e dos campos historiográficos sobre este tema. No presente artigo são discutidas algumas questões teóricas referente à vivência e atitudes femininas frente à relação dominação masculina / opressão feminina, já que esta relação é normalmente estabelecida a partir de uma praticamente total submissão das mulheres aos atos violentos cometidos pelos homens como elementos de dominação. No artigo é feita uma crítica a estas interpretações, concebendo as condutas femininas como fissuras e significações diversas das instituídas historicamente, tendo como fontes principais as querelas e processos ante a violência cometida contra a mulher.

PALAVRAS-CHAVES: Dominação; Opressão; Papéis femininos; Violência; Significações.

1. Introdução

Uma pesquisa ou um artigo é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais. Desta forma, esse artigo foi construído sobre o prisma da História do gênero, em especial um olhar voltado para as mulheres e suas relações.

Dentro desses pressupostos, a história feminina ganhou, dentro do campo historiográfico, diversas abordagens. Especialmente, no que diz respeito às relações de poder que permeiam o ideário feminino. Assim, a construção deste documento se fez através de transcrições, observações, análises e contendas a cerca dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, relacionados a atos violentos praticados contra a mulher. Este artigo estabelece-se, portanto, num revisitar histórico das experiências e realidades de algumas mulheres do séc. XVIII em Recife e a formação do ideário feminino e as significações que permeiam as relações pré-estabelecidas de dominação masculina / opressão feminina.

¹ Licenciatura em História na Universidade Federal de Pernambuco.

2. A História feminina: um debate conceitual

Contudo, para a construção do artigo foi preciso ter olhar e sensibilidade armados pela teoria, operando com conceitos e constructos do referencial teórico. Para realização deste documento buscou-se realizar uma ponte para construir uma ligação entre o microuniverso feminino investigado e os universos sociais mais amplos embasados nas teorias e nas análises históricas do período colonial durante o séc. XVIII em Recife.

Este artigo fundamenta-se nas concepções da História das Mulheres, campo historiográfico crescente durante o século XX. Devido às contribuições recíprocas decorrentes da explosão do feminismo e das transformações na historiografia, a partir da década de 1960, fundamentais para emergência da História das Mulheres.

Uma das primeiras contribuições neste campo historiográfico é o estudo da história da sexualidade de Michel Foucault. Além de seus estudos sobre as relações de poder (FOUCAULT, 1979). Deste modo, busca-se desconstruir a idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder diante da construção do ideário de dominação / opressão da mulher.

No princípio do estudo da história feminina e para alguns historiadores a presença constante nesses estudos da dialética da dominação e da opressão, não ia além do enunciado tautológico, já que não continha a tentativa de análise das mediações específicas pelas quais esta dominação é exercida, no tempo e no espaço.

Tenta-se, no entanto, ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas sobre a condição feminina (SCOTT, 1987) no período colonial. Porém, a tentativa não é fundamentar-se numa teoria feminista, *pois tal teoria é a substituição de um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, talvez invertidas de poder* (DIAS, 1984).

Deste modo, dominação masculina / opressão feminina, anteriormente subjacente a todo estudo sobre os papéis sexuais, buscam nas relações entre os sexos, somente a explicação da dominação configurada na supremacia masculina. Sem considerar as demais relações estabelecidas nos lugares e condutas femininas e a construção do ideário a cerca da mulher a partir destas relações.

A proposta deste documento é analisar o privado e o público como uma unidade, frente ao enfoque tradicional "privado versus público" (DEL PRIORE, 2004).

E nesta questão enfocam-se, assim, as formas de violência praticada contra a mulher. Dentro de um conceito de violência, que ajuda a compreender a relação de dominação – como uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída (SOHIET, 1989).

Esta relação, entretanto, não exclui a presença de variações, manipulações e significações, por parte dos dominados. O que significa que a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Assim, as fissuras femininas frente à dominação masculina não assumem, via de regra, a forma de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição.

3. O patriarcalismo colonial e os papéis femininos.

Muitos conceitos já foram utilizados para designar as relações familiares e de gênero, no Brasil colonial. Entre estes, as noções de "família senhorial" e de "clã parental". Estas duas noções não se confundem, mas antes se sobrepõem.

“É a família senhorial um grupo preciso e visível nos seus contornos, limitado ao domínio e vivendo dentro das suas raiais. Já o clã parental é instituição um tanto diferente:- embora derivado da família senhorial, exorbita as lindes do domínio-tronco. É uma realidade, sem dúvida; mas, só aparece e se revela em ocasiões excepcionais - e só nestas ocasiões (defesa contra o bugre ou o quilombola; lutas de famílias; prélios eleitorais; formações partidárias) é que se mostra uma entidade nitidamente constituída”.
(Vianna, 1987, p.189).

No entanto, por mais que as relações no Brasil colonial fossem estabelecidas pelos domínios senhoriais patriarcais, não se constituíam dentro de uma unilinearidade, como compete a noção de clã e até mesmo, a idéia de um patriarcalismo em todas as

realidades brasileiras deste período. Pois diversas realidades formaram a complexidade da sociedade brasileira colonial.

Dentro desta complexidade social os papéis femininos são afirmados dentro de uma concepção patriarcal, a partir de uma anulação feminina, vigiada pelo pai e pelo marido, submissa as diversas ordens lhes impostas, sem espaço de agir livremente. Este discurso insere-se dentro de uma ótica moralista. No entanto, os papéis femininos, muitas vezes, sobrepuseram-se aos senhorios masculinos, existindo unidades domésticas chefiadas por mulheres. Além de se estabelecer nas resistências e nas vivências das relações, não como um ato de rebeldia, mas de compreensões desta sociedade.

Como é o caso de Ignácia Ribeiro Cabral amancebada há um ano com o superior de seu esposo, o soldado Domingos Soares, da Fortaleza de Itamaracá, que após esse período reclama ao Conselho Ultramarino o dito caso, justificando suas correções verbais a esposa:

(...) ficava impedida de ser minha ainda no cuida/18.do, e trato de minha saúde, além de todas as mais obrigações naturalmen/19.te devidas aos maridos com tanto excesso que quase me acho afugentado/20.de minha choupana...

(Arquivo Histórico Ultramarino; Doc. 6935)

Este discurso nos leva a compreender e encarar os papéis femininos dentro de outra perspectiva que não somente a da submissão ou da rebeldia. Sendo as mulheres, constituídas como sujeitos históricos díspares a dicotomia da mulher submissa em oposição a que insurgia contra tal submissão.

O papel feminino relegado a mulher, dentro do contexto colonial, só pode ser analisado como produto de uma situação cultural e social, e não somente de uma comparação com a esfera de participação masculina, mas sim tendo suas participações específicas na construção da sociedade brasileira colonial, suas definições e história.

“Manietadas por pais e maridos, reificadas pelos homens, excluídas de várias esferas do cotidiano social, as mulheres acabariam por construir uma sociabilidade e uma linguagem próprias, em que

muitas vezes transparecia o rancor e a insubmissão contra a ordem patriarcal que as oprimia” (Vainfas, 1989, p.135).

4. Dominação masculina / opressão feminina.

As relações entre os gêneros se estabelecem a partir da construção histórica dos poderes. Foi estabelecida, por muito tempo, a relação entre a condição feminina e suas características próprias. Criou-se, desta maneira, uma história de uma mulher submissa e anulada, frente ao domínio do homem. No entanto, as relações de poder inserem-se numa ótica fragmentária e transformável deste, onde o poder não é algo absoluto, mas estabelece-se nas nuances das realidades, nos microuniversos (FOUCAULT, 1979).

Deste modo, as relações entre homens e mulheres, no Brasil colonial, situam-se na esfera entre a dominação masculina / opressão feminina. Esta dominação / opressão é visível nos próprios papéis assumidos por homens e mulheres neste período. À mulher sempre coube, teoricamente, o cuidado do marido, dos filhos e da casa; ao homem, a administração dos bens familiares. A "reciprocidade" se encontrava na falta de hierarquia valorativa entre estas atribuições.

Porém, era na violência cometida contra as mulheres que esta teoria de relação dominadora ganhara mais embasamento. Os diversos e variados atos violentos estabelecem a ascendência masculina frente à mulher, estabelecida não somente pelos papéis sexuais destes, mas, principalmente pelas relações históricas e culturais estabelecidas no contexto colonial. Contudo, as condutas femininas diante desses atos também são fontes de análises para compreenderem-se as manipulações e condutas femininas frente a essa “dominação”.

Neste período, a dominação sexual era fator de relevância nos crimes cometidos contra as mulheres, os casos de defloração e estupro eram os mais recorrentes, bem como os concubinatos.

Diante desta realidade, observa-se, a querela de defloração de Dona Anna da Silva cometida pelo professor régio de Gramática Latina Manoel da Silva Coelho. Tal querela teve grandes repercussões, pois este foi detido juntamente a outros “malfeitores”, o que não deveria acontecer pelo status de professor deste.

6.querela de defloração e aleivosia que perante Vossa Mercê dera/7.Dona Anna da silva, a Manuel da Silva Coelho, Pro/8.fessor

Régio de Gramática Latina, o fizera prender e transportar/9.prominiosamente de dia, e sem os oficiais lhe darem lugar/10.a que se vestisse; mandando-o meter na enxovia entre pré/11.tos, mulatos, ladrões, e outros malfeitores (...)

(Arquivo Histórico Ultramarino; Doc. 7851)

Neste caso, o professor foi restituído ao seu cargo e livre da querela de defloração, alegando que não possuía bens, portanto, para a satisfação do casamento, estando solto sem ofensas da querela.

(...) mas/10.não queria casar, e não tinha bens/11.para a satisfação, pondo no ordenado,/12.que se lhe paga pela Fazenda Real...

(Arquivo Histórico Ultramarino; Doc. 7851)

No entanto, podemos observar que por mais que a dominação sexual masculina transpareça prevalecer, a mulher, também questionava esta dominação, fazendo exigências e questionamentos.

A opressão feminina era questionada pelas próprias mulheres que reclamavam diante desses atos violentos, fazendo-se ouvir diante destas violências, não como insurgentes contra a submissão, mas diante de suas condutas e vivências, construindo recursos que lhes permitissem deslocar frente às dominações masculinas.

Observa-se, assim, a denúncia de estupro ao Conselho ultramarino feita por Dona Thereza Maria de Moura contra Francisco de Souza Teixeira, que estuprara sua filha.

5.Ponho-me na presença de Vossa Excelência o Conse/6.lho de Guerra a que se procedes nesta capitania/7.contra Francisco de Souza Teixeira, Porta bandeira/8.ra do Regimento do Recife, sobre a culpa que lhe/9.resultou da querela de estupro produzida contra/10.ele por Dona Thereza Maria de Moura, como ad/11.ministradora de sua filha Dona Francisca Xavier/(...)

(Arquivo Histórico Ultramarino; Doc. 13388)

Por mais que os querelantes e requisitantes fossem homens, pode-se perceber, nas entrelinhas, a presença feminina e seu caráter de ruptura com a subserviência estabelecida pelos condicionamentos sociais, não rupturas espetaculares, de rejeição e

negação (SOHIET, 1989), mas sim, de contrariedade a uma submissão aceita e inerente ao papel feminino.

5. Violência contra a mulher – fissuras e significações.

A violência contra a mulher neste período, não pode, portanto, ser vista e analisada, apenas como um instrumento de dominação e exercício da autoridade masculina, pois ao mesmo tempo em que o é, esses atos tornam-se elementos de análise das diversas realidades existentes no Brasil colonial, bem como as diversas relações, dentro de um conceito de violência constituído e embasado historicamente, socialmente e linguisticamente. Onde há prevalência dos discursos de violência.

Isso nos leva a compreender que essas situações de violência / dominação não excluem as fissuras femininas perante esses conceitos de submissão estabelecidos. Pois até mesmo a aceitação desses cânones de violência e sujeição, pode ser representada como forma de manipulação e recurso dessas mulheres frente às situações constituídas. Essas submissões e violências assumem, assim, uma significação diversa da corriqueira e unilinear de dominação masculina.

As análises dos documentos do Arquivo Ultramarino, relacionado a esse tema, nos levou a observar a posição assumida pela mulher, mesmo não sendo revelado explicitamente nos documentos, como é o caso já citado da querela do soldado da Fortaleza de Itamaracá: Domingos Soares e o seu superior o capitão José Álvares Pragana, que se amancebou com sua esposa Ignácia Ribeiro Cabral e o soldado a requer de volta. A vontade da mulher não aparece explícita no texto, já que os documentos seguem referenciais masculinos, mas se analisa que a partir do momento que ela descumpre, segundo a versão do esposo, as obrigações de esposa, mesmo estando submetida às ordens do seu esposo, ela contrapõem-se a esta situação, amancebando-se com o capitão.

Outra situação de violência analisada nestes documentos foi a querela proposta pelo Bispo de Pernambuco, D. Frei Luis de Santa Tereza, contra os senhores que se concubinavam com suas escravas. No entanto, o requerimento surge das súplicas das mesmas que ao converterem-se ao cristianismo, não queriam mais viver “no pecado” e suplicavam que seus senhores as vendessem a justo preço.

(...) algumas escravas, especi/18.almente mulatas que vivem concubinas/19.com seus senhores, e não querendo continuar/20.no pecado, e eles as afligem com açoites/21.e maus tratamentos, até a reduzirem violentamente ao antigo estado. Que algumas/23.lhe recorrem para que as livre desta misé/24.ria e cativo do inferno...

(Arquivo Histórico Ultramarino; Doc. 6312)

O documento analisado refere-se, em especial, ao caso de uma mulata, que sofria diversas violências de seu senhor, Antonio de Araujo, com o qual era concubina, reduzindo-a por estes atos ao seu antigo estado e praticando contra estas diversas crueldades, levando-a a tentativa de fuga.

31.Que atualmente está sucedendo/32.na vida do Recife que um Antonio/33.de Araujo vivia concubinado há não com/34.uma mulata sua e escrava: aborrecida esta/35.daquela má vida, e não querendo perseverar/36.nela, se lhe faria excessivos castigos, e conti/37.nuamente a tinha presa em um tronco pelo/38.pescoço...

(Arquivo Histórico Ultramarino; Doc. 6312)

Diante da opressão gerada pelos senhores as escravas reivindicavam sua venda a um justo preço, já que estes quando não queriam vendê-las, colocavam “preços exorbitantes” para que não aparecessem compradores. Esta reivindicação das escravas submetidas a violências, maus-tratos e desmandos de seus senhores, representa tanto um elemento de dominação, bem como um instrumento do qual, estas criaram recursos para se colocarem frente a esta situação.

Desta forma, percebe-se que a sociedade escravista “patriarcal”, não foi um local de predomínio absolutamente masculino (DEL PRIORE, 2004), mas as mulheres assumiram elementos de poder ante a dominação masculina. Os discursos morais e de repressão feminina pode ser visto até como uma rechaça as atitudes femininas e as fissuras ocasionadas por estas, no sistema patriarcal dominador.

Assim, a violência cometida contra a mulher segue também o caminho contrário do da dominação, sendo fragmentos transformáveis dos poderes femininos, suas significações frente à dominação masculina, sem romper espetacularmente com a ordem

vigente, mas criando microuniversos dentro da realidade feminina, inserida, contudo, no macrocosmo do Brasil colonial.

6. Conclusão

Desta forma, é a reflexão sobre estas práticas trazem a tona não uma resposta ou caracterização a cerca da construção da situação feminina colonial, mas constitui uma das diversas discussões que permeiam as relações de gênero e a dicotomia presente na história feminina, entre a rebeldia e a vitimização da mulher. Reafirma, assim, a história feminina colonial dentro de uma perspectiva da construção discursiva da mulher e do seu ideário e, principalmente, da sua significação.

Deste modo, busca-se desconstruir, nos termos de Jacques Derrida - revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas – a idéia formulada de vitimização feminina ou rebeldia. Contrapondo-se, também, a uma visão de “inferioridade” do mundo doméstico, que se privatizava, e que era de competência exclusiva das mulheres, em relação ao universo público - em princípio relacionado ao universo masculino.

E, desta forma, através do estudo das histórias particulares, garantir a transcendência. Pois, segundo Hannah Arendt, o espaço público deve ser construído para a duração da vida dos homens mortais, aos quais acrescentamos, também, a das mulheres mortais.

Referência bibliográfica

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Doc. 6312- 1754, Janeiro, 28, Lisboa; Doc. 6935- 1757, Maio, 15, Itamaracá. Doc. 7845- 1764, Maio, 5, Recife; Doc. 7851- 1764, Maio, 28, Recife; Doc. 8130- 1768, Fevereiro, 20, Recife; Doc. 13388- 1796, Setembro, 20, Recife. Doc. 17951- (ant. 1807, Setembro, 15, Lisboa)

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil Colonial. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

SCOTT, J. W. D. "Gênero": Uma útil categoria de análise histórica. *Revista de História Contemporânea*, 1987.

SOIHET, Rachel. (1989), *Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, SP, EDUSP, Niterói: EDUFF, 1987.

Bibliografia

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: As vozes do silêncio In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

DUBY, Georges. PERROT, Michelle. (org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1993 (v.1- A Antigüidade, v.2- A Idade Média, v.3- Do Renascimento a Idade Moderna, v.4- O Século XIX).

GAY, Peter. **A Educação dos Sentidos**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 16ª ed. 2 tomos. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1969

PERROT, Michelle. *As mulheres, ou, Os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.